

pode atingir valor do PIB em dois anos

Mariluce Moura

Brasília — O crescimento da dívida interna nos últimos 12 meses foi de 90% e traz o perigo de, dentro de dois anos e meio, levar a dívida global do Governo a igualar o valor do Produto Interno Bruto. Já em 1985, a dívida global da União poderá chegar a 55% ou 60% do PIB, estimado em cerca de 210 bilhões de dólares no final deste ano.

A advertência é do Secretário Especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Luís Gonzaga de Mello Belluzzo, que defende um imediato disciplinamento na execução orçamentária e financeira do setor público, “já que não se pode fazer cortes nas estatais de um modo simplista e indiscriminado”.

“Vamos fazer um controle na liberação de recursos para alguns setores que antes receberam em excesso e vamos reprogramar dívidas, como a das estatais com os bancos privados”, afirmou ele, acrescentando que é por esta via que se deve reduzir de Cr\$ 9 trilhões para Cr\$ 4 trilhões 500 bilhões a colocação líquida de títulos do Governo no mercado, em setembro.

Belluzzo não quis adiantar que setores vão ser penalizados com o que ele chama o “disciplinamento da execução orçamentária e financeira”, nem detalhou de que forma será reprogramada a dívida das estatais com os bancos privados, embora insistisse na afirmação de que “não se trata de um adiamento. É um reescalonamento, que pode ser feito em três meses, por exemplo”.

— É claro que há setores que não podem ser atingidos e o financiamento agrícola, por exemplo, de maneira nenhuma enfrentará problemas de liberação de recursos — garantiu.

Depois desta primeira medida, o Ministério da Fazenda vai estudar, junto com o do Planejamento, os cortes possíveis nas estatais. Belluzzo afirmou que em relação a cortes não houve qualquer mal-entendido, ou qualquer trombada, com o Ministério do Planejamento. “A discussão da redução de despesas está sendo levada a

público de uma maneira muito simplista e centrada no corte das estatais. Nada será feito sem o acordo entre o Planejamento e a Fazenda. É o Ministério do Planejamento que tem o controle absoluto da situação das estatais e suas informações são fundamentais”, disse.

Belluzzo acrescentou que a arrumação financeira e orçamentária do setor público tem de ser compatível com a expectativa que hoje o Governo tem de queda da inflação. “E depois destas medidas de emergência que estamos tomando, outras medidas muito sérias, muito duras, com efeito de mais longo prazo, terão que ser implementadas.”

Dentro desta moldura é que ele situa a elevação da carga tributária, assegurando que as medidas fiscais “não devem ser despejadas sobre os empresários, nem sobre os assalariados”. Ele não respondeu, no entanto, dos setores que sobram — agrícola e financeiro — qual será penalizado, no próximo ano.

Sobre a dívida externa, Belluzzo garantiu que continua mantendo as mesmas posições que expressava quando estava fora do Governo, embora não esteja vendo, a curtíssimo prazo, qualquer problema nesta área.

Luís Gonzaga Belluzzo afirmou que a missão técnica que segue na próxima semana para um encontro com o **board** do FMI — cuja composição, segundo ele, ainda não está definida — apresentará os resultados da economia, em julho e agosto. “Esta missão não vai negociar nada, nem tomar qualquer decisão, apenas apresentar os números”, disse.

Ele não cre que os maus resultados obtidos em agosto, com a inflação recorde de 14%, possam trazer dificuldades na negociação. “Nós vamos explicar as razões disto e expor as medidas que estão sendo tomadas para reverter a situação”. Belluzzo reafirmou que o Governo brasileiro vai renegociar sempre de acordo com os interesses nacionais e demonstrara que “o esforço do ajuste interno causa distúrbios internos insuportáveis.”

Leia editorial Nudez sem Véus